



Elo Participações Ltda.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados dos exercícios	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores acionistas,

O ano de 2022 foi marcado pela retomada das atividades pós pandemia Covid-19.

As inovações criadas durante o período da pandemia em nossos modelos de negócios e forma de trabalho, reforçaram a busca contínua por eficiência e geração de valor aos clientes e acionistas, refletindo em resultados de maneira positiva, a Empresa registrou neste período o lucro líquido de R\$ 1,3 bilhão, possuindo patrimônio líquido de R\$ 2,6 bilhões com ativos totais de R\$ 3,2 bilhões.

Resultado obtido, principalmente, pela resiliência e integração das empresas componentes do Grupo que, cientes de seu papel, ofereceram meios de pagamento, fidelização e potencializaram instrumentos digitais que serviram como conveniência.

Outros fatos relevantes que ocorreram ao longo do ano foram a distribuição de R\$ 940 milhões de dividendos aos acionistas, a venda da Kartra Participações Ltda e Banco Digio S.A. pela Elo Participações Ltda, além da reorganização societária onde a Elo Participações Ltda transferiu 100% de suas ações da Alelo para sua controlada Elo Holding Financeira S.A..

Registramos os agradecimentos da Administração a todos os nossos colaboradores, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. E, em especial, aos nossos clientes que nos honram com a sua escolha.

Convidamos a todos para conhecerem o resumo de nossos resultados do ano de 2022.

Barueri, 14 de abril de 2023.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores

Elo Participações Ltda.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elo Participações Ltda. (“Empresa” ou “EloPar”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elo Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP 2SP-027685/O-0 'F' SP



Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP214007/O-2

Elo Participações Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	NE	Controladora		Consolidado		Passivo	NE	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Caixa e equivalentes de caixa	5	331.901	331.737	7.663.656	6.122.616	Passivos com instituições financeiras	16	-	-	-	324.093
Instrumentos financeiros	6	-	-	150.406	764.537	Fornecedores		1.155	1.507	148.703	164.474
Empréstimos e recebíveis	7	-	-	-	1.988.884	Contas a pagar operacionais	17	-	-	3.534.481	4.737.006
Empréstimos e recebíveis		-	-	-	2.240.311	Obrigações com portadores	18	-	-	2.450.409	2.276.175
Provisão para perdas esperadas		-	-	-	(251.427)	Programa de incentivos às vendas	19	-	-	10.112	20.878
Contas a receber	8	154.390	137.703	4.596.731	3.881.152	Salários e encargos	20	24.187	19.562	212.938	198.962
Contas a receber		155.065	138.992	4.622.827	3.912.470	Impostos e contribuições a recolher	21	10.589	7.533	146.769	117.208
Provisão para perdas esperadas		(675)	(1.289)	(26.096)	(31.318)	Passivos contingentes	28	2.892	1.781	13.471	21.918
Impostos a recuperar	9	22.838	32.170	186.032	287.311	Dividendos a pagar	22.b	346.855	213.551	522.133	223.500
Dividendos a receber	22.a	446.625	172.749	-	-	Arrendamento mercantil a pagar	24	2.414	428	13.224	10.693
Despesas antecipadas	10	2.250	1.633	145.843	173.422	Outras contas a pagar	23	27.715	34.023	4.415.952	3.845.182
Depósitos judiciais	12	-	-	1.652	1.681	Total do passivo circulante		415.807	278.385	11.468.192	11.940.089
Outros créditos	11	24.483	16.655	259.343	278.171	Passivos contingentes	28	87.681	90.506	191.626	177.269
Outros créditos		24.483	16.655	264.648	285.481	Salários e encargos	20	24.609	18.769	59.671	53.844
Provisão para perdas esperadas		-	-	(5.305)	(7.310)	Passivo fiscal diferido	27.b	49.875	94.104	104.394	131.749
Total do ativo circulante		982.487	692.647	13.003.663	13.497.774	Outras contas a pagar	23	-	-	165	99
Instrumentos financeiros	6	-	-	-	130.905	Arrendamento mercantil a pagar	24	2.284	7.773	13.863	34.638
Contas a receber	8	-	137.077	-	-	Total do passivo não circulante		164.449	211.152	369.719	397.599
Empréstimos e recebíveis	7	-	-	-	52.350	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores					
Empréstimos e recebíveis		-	-	-	57.620	Capital social	29.a	347.309	1.052.000	347.309	1.052.000
Provisão para perdas esperadas		-	-	-	(5.270)	Ajustes de avaliação patrimonial		-	(626)	-	(626)
Despesas antecipadas	10	-	135	182.283	130.672	Reserva legal	29.b	85.480	85.480	85.480	85.480
Depósitos judiciais	12	59.728	57.245	145.792	136.295	Reserva de expansão	29.c	2.207.271	1.803.203	2.207.271	1.803.203
Ativo fiscal diferido	27.b	51.496	54.852	278.120	670.787	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		2.640.060	2.940.057	2.640.060	2.940.057
Outros créditos	11	-	-	2.016	7.321	Participação de acionistas não controladores		-	-	176.509	315.499
Investimento	13	2.116.259	2.472.554	344.561	278.366	Total do patrimônio líquido		2.640.060	2.940.057	2.816.569	3.255.556
Imobilizado	14	9.671	14.029	66.398	78.019	Total do Passivo		3.220.316	3.429.594	14.654.480	15.593.244
Intangível	15	675	1.055	631.647	610.755						
Total do ativo não circulante		2.237.829	2.736.947	1.650.817	2.095.470						
Total do Ativo		3.220.316	3.429.594	14.654.480	15.593.244						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.
Demonstrações dos resultados dos exercícios
Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional bruta	30	-	-	8.868.507	8.404.456
Impostos sobre serviços	30	-	-	(917.537)	(847.784)
Receita operacional		-	-	7.950.970	7.556.672
Custo dos serviços prestados	31	-	-	(3.856.274)	(3.136.612)
Receita operacional líquida		-	-	4.094.696	4.420.060
Receitas/(despesas), operacionais					
Pessoal	31	(13.084)	(12.163)	(794.783)	(730.671)
Gerais e administrativas	31	(18.462)	(4.016)	(1.288.038)	(1.728.030)
Resultado com equivalência patrimonial	13	1.395.133	836.253	19.772	-
Outras receitas/(despesas)	31	(27.763)	136.513	(75.656)	(51.888)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		1.335.824	956.587	1.955.991	1.909.471
Receitas financeiras	32	69.440	40.210	990.880	397.778
Despesas financeiras	32	(5.310)	(4.238)	(586.077)	(586.521)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.399.954	992.559	2.360.794	1.720.728
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	27.a	(53.408)	(39.435)	(756.692)	(531.916)
Diferidos	27.a	40.873	(98.919)	(21.895)	(116.597)
Lucro líquido		1.387.419	854.205	1.582.207	1.072.215
Atribuível a:					
Acionistas controladores		1.387.419	854.205	1.387.419	854.205
Acionistas não controladores		-	-	194.788	218.010
Lucro por lote de mil quotas em R\$		3,9948	0,8120	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado dos exercícios	<u>1.387.419</u>	<u>854.205</u>	<u>1.582.207</u>	<u>1.072.215</u>
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	626	1.166	626	1.166
Efeito fiscal	-	(92)	-	(92)
Resultado abrangente total	<u>1.388.045</u>	<u>855.279</u>	<u>1.582.833</u>	<u>1.073.289</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	1.388.045	855.279	1.388.045	855.279
Acionistas não controladores	-	-	194.788	218.010
Resultado abrangente total	<u>1.388.045</u>	<u>855.279</u>	<u>1.582.833</u>	<u>1.073.289</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	NE	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucro dos exercícios	Total do patrimônio líquido (acionistas controladores)	Participação acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.052.000	(1.700)	85.480	2.046.452	-	3.182.232	579.700	3.761.932
Ajuste de avaliação patrimonial		-	1.074	-	-	-	1.074	-	1.074
Dividendos adicionais	29.d	-	-	-	(883.903)	-	(883.903)	-	(883.903)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	854.205	854.205	218.010	1.072.215
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos obrigatórios	22.b	-	-	-	-	(213.551)	(213.551)	(300.551)	(514.102)
Reserva de expansão		-	-	-	640.654	(640.654)	-	(181.660)	(181.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.052.000	(626)	85.480	1.803.203	-	2.940.057	315.499	3.255.556
Ajuste de avaliação patrimonial		-	626	-	-	-	626	-	626
Redução capital social por cisão		(704.691)	-	-	90.135	-	(614.556)	-	(614.556)
Dividendos adicionais	29.d	-	-	-	(726.631)	-	(726.631)	(158.500)	(885.131)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.387.419	1.387.419	194.788	1.582.207
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos obrigatórios	22.b	-	-	-	-	(346.855)	(346.855)	(175.278)	(522.133)
Reserva de expansão		-	-	-	1.040.564	(1.040.564)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		347.309	-	85.480	2.207.271	-	2.640.060	176.509	2.816.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Elo Participações Ltda.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido dos exercícios	1.387.419	854.205	1.582.207	1.072.215
Ajustes ao lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Participação de acionistas não controladores	-	-	(194.788)	(218.010)
Depreciações e amortizações	4.843	4.596	149.232	141.866
Provisão para perdas	614	-	10.608	6.605
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(90.135)	-
Resultado com equivalência patrimonial	(1.395.133)	(836.253)	(19.772)	-
Passivos contingentes	(1.714)	(26.961)	14.394	(10.017)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(40.873)	98.919	(594)	133.536
Juros sobre arrendamento mercantil	(238)	588	842	3.209
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa	-	-	(189)	141
(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais				
Instrumentos financeiros	-	-	(250.656)	(517.203)
Contas a receber	119.776	(263.567)	(1.133.021)	(707.289)
Empréstimos e recebíveis	-	-	92.259	(348.548)
Impostos a recuperar	9.332	(8.163)	69.847	(122.593)
Despesas antecipadas	(482)	111	(26.709)	(49.375)
Depósitos judiciais	(2.483)	2.675	(10.324)	(1.290)
Outros créditos	(7.828)	1.683	6.195	(151.845)
Passivos com instituições financeiras	-	-	889.504	158.979
Fornecedores	(352)	699	(15.771)	118.751
Contas a pagar operacionais	-	-	926.896	1.006.178
Obrigações com portadores	-	-	174.234	50.305
Programa de incentivos às vendas	-	-	(10.766)	(13.643)
Salários e encargos	10.465	(3.571)	45.389	43.800
Impostos e contribuições a recolher	45.010	36.621	434.000	505.049
Impostos pagos	(41.954)	(30.716)	(397.439)	(632.547)
Outras contas a pagar	(6.308)	16.174	625.261	147.605
Arrendamento mercantil	(3.265)	(1.913)	(19.086)	(11.330)
Caixa líquido aplicado/(utilizado) nas atividades operacionais	76.829	(154.873)	2.851.618	604.549
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Baixa investimento por incorporação	-	3.817	-	-
Aquisição de controlada	-	(150.000)	-	-
Lucro não realizado	-	227.876	-	-
Baixa do caixa e equivalente de caixa - cisão	-	-	(43.464)	-
Perda de capital	-	658	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(138.990)	(264.201)
Dividendos recebidos	863.622	811.454	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	9.157	-
Adições ao imobilizado e intangível	(105)	(3.247)	(209.069)	(369.946)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	863.517	890.558	(382.366)	(634.147)
(Aumento)/redução nas atividades de financiamento				
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Distribuição de lucros	(940.182)	(1.100.000)	(928.401)	(1.106.439)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(940.182)	(1.100.000)	(928.401)	(1.106.439)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	164	(364.315)	1.540.851	(1.136.037)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	331.737	696.052	6.122.616	7.258.794
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa	-	-	189	(141)
Saldo final	331.901	331.737	7.663.656	6.122.616
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	164	(364.315)	1.540.851	(1.136.037)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Elo Participações Ltda. (“Empresa” ou “EloPar”) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade empresária limitada, domiciliada no Brasil que tem como acionistas controladores diretos Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A. O endereço do escritório da Empresa é Alameda Xingu, 512, 2º e 8º andares, Edifício “Condomínio Evolution Corporate” - Barueri, São Paulo.

A Empresa tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas, direta ou indiretamente pela Empresa, bem como a realização de todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas, que não sejam privativas de sociedade de prestação de serviços profissionais regulamentadas e que não dependam de autorização governamental específica; a prestação de quaisquer serviços administrativos às empresas controladas direta ou indiretamente pela Empresa. O licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Empresa.

Controladas

Empresas	Setor	Controladas	2022	2021
			Participação no capital social	Participação no capital social
Alelo Instituição de Pagamento S.A	Serviços	Indireta	100,00%	100,00%
Elo Serviços S.A	Serviços	Direta	57,07%	57,07%
Elo Holding Financeira S.A	Holding	Direta	100,00%	100,00%
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Livelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Kartra Participações Ltda.	Holding	Direta	-	99,99%

O contexto operacional das controladas estão demonstradas abaixo:

Controladas diretas

Elo Serviços S.A. - é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 e tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: Consumidores, Estabelecimentos, Bancos Emissores, Credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema. Tendo seus controladores como principais emissores de cartões de débito e crédito com a bandeira Elo.

Elo Holding Financeira S.A. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições.

Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. - tem como objetivo atuação direta ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participações de capital em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade, etc.

Livelo S.A. - tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de

prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Empresa e/ ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

Controladas indiretas

Alelo Instituição de Pagamentos S.A. - foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003. Em 31 de maio de 2022, alterou sua denominação social para Alelo Instituição de Pagamento S.A. (“Alelo”), anteriormente denominada Alelo S.A., que tem como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via “tag” e plataforma de pedidos

Em 31 de maio de 2022 através de Assembleia Geral Extraordinária, a Elo Participações Ltda., transferiu 100% de suas ações da Alelo para sua controlada Elo Holding Financeira S.A..

Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2 Cisão de controlada

Em 25 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos Sócios a cisão parcial do patrimônio líquido, no montante de R\$614.542, representado por 100% do investimento antes detido pela Sociedade na empresa Kartra Participações Ltda. (Kartra), com a posterior incorporação das parcelas cindidas da seguinte forma: a) 50,01% pela Bradescard Elo Participações S.A.; e 49,99% pela BB Elo Cartões Participações S.A.

A citada aprovação foi precedida de uma operação de compra e venda de três quotas representativas do capital social da Kartra entre a Sociedade e a Elo Holding Financeira S.A., subsidiária integral da Sociedade, de forma que no momento da cisão parcial a Sociedade detinha 100% das quotas da Kartra.

A tabela abaixo resume os valores dos ativos e passivos cindidos em 25 de fevereiro de 2022.

Ativo		Passivo	
Títulos e valores mobiliários		3 Fornecedores	1
Outros créditos		1 Impostos e contribuições a recolher	4
Total do ativo circulante		4 Total do passivo circulante	5
Investimento	614.543	Capital social	868.110
Investimento – Banco Digio S.A.	655.126	Ajuste de avaliação patrimonial	(12)
Investimento – Ajuste Cpc´s	(40.583)	Prejuízos acumulados	(209.196)
Total do ativo não circulante	614.543	Total do patrimônio líquido	614.542
Total do ativo	614.547	Total do passivo e patrimônio líquido	614.547

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 14 de abril de 2023.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Empresa e das Controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

d. Normas emitidas ou alterações

d.1. Normas emitidas, vigentes

As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo CPC, não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- CPC 25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” – Custos para cumprir um contrato;
- CPC 06 “Arrendamentos” – Benefícios relacionados a COVID concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021;
- CPC 15 “Combinações de Negócios” – Referências à estrutura conceitual;
- CPC 27 “Ativo imobilizado” – Receitas antes do uso pretendido.

d.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações e interpretações das normas contábeis foram publicadas pelo CPC, mas não foram adotadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

- CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro” – Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” – Divulgação de Políticas Contábeis;
- CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro” – Definição da estimativa contábil – Definição de estimativa contábil;
- CPC 32 “Tributos sobre o Lucro” – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.
- CPC 50 “Contratos de Seguros” - Princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro.

A Empresa e suas controladas não esperam impactos relevantes da adoção dessas alterações.

4 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo.

b. Instrumentos financeiros

b.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- *Solely Payments of Principal and Interest* (“SPPI”): uma das condições para se classificar um instrumento Financeiro ao custo amortizado, SPPI ocorre quando termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base o valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado;

- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma

recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivo financeiro mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou;
- a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no

resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telecomunicações	5 anos
Software e aplicativos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Despesas antecipadas

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do período subsequente à data do balanço patrimonial.

As despesas pagas antecipadamente ou despesas antecipadas devem ser rateadas mensalmente com base no princípio da competência, principalmente quando o rateio deve acontecer em mais de um exercício fiscal.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

e. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Empresa, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Empresa possui controle compartilhado, onde a Empresa tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

f. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual ou quando houver indício de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

ii. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

i2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Passivos contingentes - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais - as obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

j. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Empresa.

Todas as receitas das empresas controladas, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Etapa 1: Identificação do contrato;
- Etapa 2: Identificação das obrigações de desempenho;
- Etapa 3: Alocação do preço da transação;
- Etapa 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
- Etapa 5: Reconhecimento da receita

A **Livelo S.A.** classifica as receitas de programas de pontos da seguinte forma:

Receita de resgate de pontos: A Sociedade oferece aos seus parceiros o direito de resgate por meio da emissão de pontos que são registrados no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Desta forma, a receita de resgate de pontos, ocorre quando há resgate de pontos com os parceiros do programa de pontuação Livelo.

Receita de *breakage*: Refere-se à receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, e o reconhecimento gradual dos pontos que vão expirar, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate é gerada a receita de *breakage*. O reconhecimento da receita ocorre quando os pontos são expirados efetivamente, e pela estimativa de pontos que vão expirar.

Receita sobre comissão de vendas: Refere-se a receita gerada pela utilização da plataforma e serviço, é cobrado um valor de comissão do Parceiro.

A **Elo Serviços S.A.** classifica suas receitas como transacionais e receitas de serviços:

Receita transacional: é gerada em transações nacionais e internacionais por meio da cobrança de tarifas dos emissores de cartões e adquirentes com base na quantidade de transações e, principalmente, nos valores do volume transacionado. A receita transacional é registrada em um momento específico, pois o serviço é prestado quando uma compra é gerada em cartões ou outros dispositivos que carregam a bandeira da Companhia.

As receitas de serviços: incluem serviços de valor agregado para suportar os clientes. Esses serviços incluem tarifas antifraude, tarifas de conectividade, tarifas de consultoria e outras taxas de serviços. O reconhecimento da receita de serviços é registrado quando o serviço é prestado ou disponibilizado ao cliente ou no período em que ocorrem as operações de pagamento envolvendo o serviço específico.

As controladas **Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A** e **Elo Holding Financeira S.A** não geram receitas operacionais.

A controlada indireta **Alelo Instituição de Pagamento S.A.** classifica as receitas de prestação de serviços de benefícios, conforme abaixo:

Receita adquirente: Referem-se as tarifas e taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais pela utilização dos cartões Alelo, tais como comissão, anuidade e tarifas, as mesmas são cobradas e reconhecidas nas liquidações aos estabelecimentos comerciais.

Receita emissor: Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização dos benefícios. São cobradas na fatura dos clientes e reconhecidas quando recebemos os pagamentos.

Receita de comissão de vendas: Referem-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados dos seus parceiros pela captação/indicação de clientes, e o reconhecimento é via emissão de nota fiscal.

k. Custos

Custo com resgate de pontos: Refere-se à obrigação que a Livelos tem de pagamento aos Parceiros, ou seja, todo o resgate no catálogo e transferência de pontos no site da Livelos.

l. Outras receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; e (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

m. Receitas/(despesas), líquidas

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e

contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

o. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

p. Arrendamento Mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Empresa não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Empresa estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	67	29	138.931	45.355
Moeda estrangeira (a)	-	-	54.118	69.194
Fundos de investimentos (b)	330.799	317.606	7.142.373	5.319.514
Certificado de depósito bancário (c)	1.035	14.102	328.234	686.736
Aplicações financeiras	-	-	-	1.817
	331.901	331.737	7.663.656	6.122.616

- (a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício.
- (b) As aplicações com fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Asset Management, e Caixa Econômica Federal que possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.
- (c) As aplicações em certificados de depósito bancário estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentavam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao CDI.

6 Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Títulos públicos		-	-	13	764.537
Letras financeiras do tesouro	VJORA	-	-	-	765.668
Letras financeiras do tesouro	VJR	-	-	13	-
Ajuste a valor de mercado		-	-	-	(1.131)
Títulos privados		-	-	150.393	130.905
	Custo				
Letras financeiras	Amortizado	-	-	150.393	130.905
Total instrumentos financeiros		-	-	150.406	895.442
Circulante		-	-	150.406	764.537
Não circulante		-	-	-	130.905

b) Classificação dos instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Controladora			
		2022		2021	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	1.035	1.035	14.102	14.102
Fundos de investimentos	VJR	330.799	330.799	317.606	317.606
	Custo				
Contas a receber	amortizado	154.390	154.390	274.780	274.780
		486.224	486.224	606.488	606.488

		Consolidado			
		2022		2021	
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Títulos públicos					
Letras financeiras do tesouro	VJORA	-	-	765.668	765.668
Letras financeiras do tesouro	VJR	13	13	-	-
Títulos privados					
Letras financeiras	Custo amortizado	150.393	150.393	130.905	130.905
Certificado de depósito bancário - CDB's	Custo amortizado	-	-	78.191	78.191
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	328.234	328.234	608.545	608.545
Fundos de investimentos	VJR	7.142.373	7.142.373	5.319.514	5.319.514
Contas a receber	Custo amortizado	4.596.731	4.596.731	3.881.152	3.881.152
Outros créditos – mútuo	VJR	7.902	7.902	-	-
		12.225.646	12.225.646	10.783.975	10.783.975

Estimativa de valor justo

A tabela abaixo classifica os ativos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação

		Controladora		
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2022	2021	Nível
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	1.035	14.102	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	330.799	317.606	Nível 2
Contas a receber	Custo amortizado	154.390	274.780	Nível 3
		486.224	606.488	
		Consolidado		
Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	2022	2021	Nível
Certificado de depósito bancário - CDB's	VJR	328.234	608.545	Nível 2
Letras financeiras do tesouro	VJORA	-	765.668	Nível 2
Letras financeiras do tesouro	VJR	13	-	Nível 2
Fundos de investimentos	VJR	7.142.373	5.319.514	Nível 2
Contas a receber	Custo amortizado	4.596.731	3.881.152	Nível 3
Outros créditos – mútuo	VJR	7.902	-	Nível 3
		12.075.253	10.574.879	

Não houve transferência entre níveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

- (a) **Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

- (b) **Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.
- (c) **Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- para outros instrumentos financeiros - análise de fluxo de caixa descontado.

7 Empréstimos e Recebíveis

	Consolidado	
	2022	2021
Operações de crédito	-	2.323.533
Perdas esperadas	-	(282.299)
	-	2.041.234
Circulante	-	1.988.884
Não circulante	-	52.350

Os valores de empréstimos e recebíveis da controlada indireta Banco Digio foram cindidos no processo de reorganização societária que ocorreu em 25 de fevereiro de 2022, conforme Nota 2.

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada aplicados seguem os conceitos e diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, de modo a fornecer suas próprias medidas de probabilidade de inadimplência (PD), perda dada inadimplência (LGD) e a exposição total da carteira em inadimplência (EAD), contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos.

O modelo prevê agravamento das variáveis PD e LGD em linha com o cenário econômico apurado no momento da mensuração do respectivo modelo. Adicionalmente no calculo consideramos o crédito tributário sobre a perda esperada.

8 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes	-	-	3.589.318	3.307.631
Contas a receber partes relacionadas (a)	155.065	276.069	1.033.509	604.839
(-) Perda esperada (b)	(675)	(1.289)	(26.096)	(31.318)
	154.390	274.780	4.596.731	3.881.152
Circulante	154.390	137.703	4.596.731	3.881.152
Não circulante	-	137.077	-	-

No Consolidado, o aumento do contas a receber, refere-se basicamente a operações com a Controlada Lívolo devido a ações com novos parceiros o que gerou respectivamente aumento nas transações de clientes pessoa física.

- (a) Em 27 de julho de 2021, a Empresa vendeu para sua controlada Elo Serviços S.A., a marca “ELO” em contrato de cessão e transferência de marca e nome de domínio. O valor total da transação foi de R\$ 400.000 em três parcelas de R\$ 133.333, sendo a primeira foi paga em 30 de julho de 2021, e a segunda foi paga em 30 de julho de 2022 respectivamente. A terceira parcela vence em 30 de julho de 2023, e está sujeita à atualização monetária com base na taxa de juros SELIC. Esta transação gerou um ganho de capital no montante de R\$ 227.876, registrada em 2021.
- (b) A provisão de perda esperada de clientes da Empresa, são estimativas ponderadas pela probabilidade de perda de crédito. A Empresa e suas controladas dispõem de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de “default”.
A movimentação da perda esperada é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(1.289)	(27)	(31.318)	(33.719)
Acréscimos	(162)	(1.300)	(28.626)	(9.465)
Reversões	776	38	33.848	11.866
Saldo final	(675)	(1.289)	(26.096)	(31.318)

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados à Contas a Receber de Clientes, Contas a Receber de Partes Relacionadas.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco de a controladora incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente aos acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da instituição.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A instituição conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 35.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de contrapartes, incluindo o risco de não pagamento apurado por modelos internos.

A instituição conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada das contrapartes existentes da Controladora foram construídos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC 48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativa nas variáveis dos modelos.

A carteira à receber da Controladora observa baixos índices históricos de inadimplência e/ou atraso, dado que suas operações estão destinadas às suas controladas, desta maneira classificada como *Low Default Portfolio* (LDP). Estas classes de carteiras, devido à boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

Desta maneira, o modelo mensuração de provisão para perdas esperadas considera na sua apuração as variáveis de PD (*Probability of Default*) com base em modelagem interna que combina consultas a informações de Bureau externos, e EAD (*Exposure at Default*) a qual representa o valor de exposição ao risco de crédito apurado na data de sua mensuração.

Dadas as características do modelo de negócio da instituição, a modelagem para mensuração da provisão para perdas esperadas utiliza método adaptado considerando as variáveis de EAD e PD apuradas no momento do cálculo.

As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na Controladora, e suas respectivas provisões calculadas:

31 de dezembro de 2022	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber (c)	155.065	0,44%	(675)
Total	155.065		(675)
31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber (c)	280.113	0,46%	(1.289)
Total	280.113		(1.289)

- (c) Instrumentos financeiros não apresentaram classificação do ativo para elegibilidade ao cálculo de perda esperada conforme as diretrizes do CPC 48.

Composição perdas esperadas

Os riscos de crédito e os modelos de apuração de perdas esperadas das empresas controladas respeitam as diretrizes da Controladora, seguindo as mesmas diretrizes dos normativos internacionais do CPC 48, respeitando as especificidades de cada modelo de negócio, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativas nas variáveis dos modelos.

O montante apurado considera os eventos contábeis registrados em suas controladas diretas. As tabelas a seguir fornece o detalhamento das controladas e suas respectivas provisões apuradas:

	2022	2021
Alelo Instituição de Pagamento S.A. (d)	(21.908)	(26.541)
Livelo S.A. (e)	(3.513)	(3.488)
Elo Participações Ltda.	(675)	(1.289)
	(26.096)	(31.318)

(d) As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na controlada Alelo Instituição de Pagamento S.A., e suas respectivas provisões calculadas:

	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
31 de dezembro de 2022			
A Vencer até 3 dias	2.906.448	0,1%	2.732
Vencido 4-30 dias	90.091	1,7%	1.505
Vencido 31-60 dias	3.491	1,7%	61
Vencido 61-90 dias	3.251	4,5%	147
Vencido 91-360 dias	5.640	14,9%	840
Vencido há mais de 360 dias	16.624	100,0%	16.623
Total	3.025.545		21.908

	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
31 de dezembro de 2021			
A Vencer até 3 dias	2.424.059	0,1%	3.058
Vencido 4-30 dias	25.031	8,2%	2.059
Vencido 31-60 dias	2.397	14,8%	356
Vencido 61-90 dias	1.389	50,5%	702
Vencido 91-360 dias	2.512	73,9%	1.858
Vencido há mais de 360 dias	18.508	100,0%	18.508
Total	2.473.896		26.541

(e) As tabelas a seguir fornecem informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas na controlada Livelo S.A., e suas respectivas provisões calculadas:

	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
31 de dezembro de 2022			
Contas a receber	747.640	0,5%	3.513
Estoque de pontos antecipados	54.184	7,2%	3.876
Total	801.824		7.389

31 de dezembro de 2021	Saldo de exposição ao risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
Contas a receber	431.472	0,8%	3.488
Estoque de pontos antecipados	124.582	5,9%	7.310
Total	556.054		10.798

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	21.542	30.807	138.745	88.507
Imposto de renda e contribuição social	132	204	2.273	110.873
PIS e COFINS	1.104	1.100	41.610	86.231
Outros	60	59	3.404	1.700
	22.838	32.170	186.032	287.311

10 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Incentivos de vendas	-	-	182.897	154.047
Contratos, assinaturas e licenças	2.250	1.768	106.475	110.665
Descontos comerciais	-	-	24.789	30.475
Outros	-	-	13.965	8.907
	2.250	1.768	328.126	304.094
Circulante	2.250	1.633	145.843	173.422
Não circulante	-	135	182.283	130.672

11 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores (a)	15.707	12.606	199.178	228.303
Adiantamento a funcionários	7.877	3.119	47.743	42.688
Depósitos garantias (b)	-	-	3.285	3.513
Perdas esperadas	-	-	(3.875)	(7.310)
Contratos com partes relacionadas (NE 25)	-	32	-	-
Mútuo a receber (c)	-	-	9.332	-
(-) Ajuste a valor justo	-	-	(1.430)	-
Outros	899	898	7.126	18.298
	24.483	16.655	261.359	285.492
Circulante	24.483	16.655	259.343	278.171
Não circulante	-	-	2.016	7.321

- (a) Substancialmente na controladora, refere-se a valores a serem recebidos pelo compartilhamento de estrutura, e no consolidado, trata-se de compra de pontos antecipadas da controlada Livel S.A.
- (b) Garantia contratual em dólar firmada junto à *Discover* como garantia de liquidação para as transações internacionais, realizadas com o cartão Elo. Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX do último dia útil do exercício. Esses valores referem-se a saldos da controlada Elo Serviços S.A.
- (c) Em 30 de março de 2022, a Alelo firmou um contrato de mútuo com uma empresa de tecnologia, com vencimento em 20 de novembro de 2023. O empréstimo concedido no valor de R\$ 9.000, foi desembolsado em duas parcelas semestrais de R\$ 4.500, o contrato prevê cláusula de opção de compra de ações, pela contratante. Este mútuo foi avaliado a valor justo, de acordo com o CPC 48.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	-	-	(7.310)	(1.813)
Acréscimos	-	-	(12.266)	(10.841)
Reversões	-	-	15.701	5.344
Saldo final	-	-	(3.875)	(7.310)

12 Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos fiscais	7.574	6.863	93.488	84.959
Depósitos trabalhistas	50.589	47.507	52.241	49.420
Depósitos cíveis	-	2	-	2
Bloqueio judicial	1.565	2.873	1.715	3.595
	59.728	57.245	147.444	137.976
Circulante	-	-	1.652	1.681
Não circulante	59.728	57.245	145.792	136.295

13 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos contábeis das controladas diretas apresentavam os seguintes valores:

	Controladora								
	2022							2021	
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Quantidade de ações / quotas	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	201	40	(9)	201	100%	40	(9)	49	(20)
Elo Holding Financeira S.A.	796.438	990.430	220.043	201	100%	990.430	220.043	81	(16)
Alelo Instituição de Pagamento S.A. (a)	472.414	772.396	114.400	2.000	100%	-	114.400	796.237	182.186
Elo Serviços S.A.	342.627	411.152	453.730	1.433.107	57,07%	234.643	258.940	419.409	288.945
Livelo S.A.	139.100	801.509	846.118	139.100	100%	801.509	846.118	508.853	458.710
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.547)
Kartra Participações Ltda. (c)	-	-	-	-	99,99%	-	(44.359)	658.288	(69.005)
						2.026.622	1.395.133	2.382.917	836.253

- (a) Resultado até maio de 2022 e, a partir desta data a controlada Elo Holding Financeira S.A. passa a ser a acionista da Alelo Instituição de Pagamento S.A.. (antiga Alelo S.A.);
- (b) Resultado até outubro de 2021;
- (c) Controladora do Banco Digio S.A., cindida em 25.02.2022.

Entre 28 de março de 2022 e 1º de julho de 2022, a Livelos S.A. adquiriu 63.147.098 ações ordinárias de emissão da Cielo S.A. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos contábeis da investida apresentavam os seguintes valores:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Quantidade de ações	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Cielo S.A.	5.700.000	10.950.834	1.714.680	63.147.098	2,33%	254.924	19.772
						254.924	19.772

Para efeito de cálculo de equivalência patrimonial foram utilizadas as informações contábeis de 30 de novembro de 2022 de acordo com o artigo 248 da Lei nº 6.404/76: “I - O valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas.”

Composição dos investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Investimentos	2.026.622	2.382.917	254.924	-
Ágio - Alelo Instituição de Pagamento S.A. (a)	89.637	89.637	89.637	89.637
Ágio - Banco Digio S.A. (b)	-	-	-	188.729
	2.116.259	2.472.554	344.561	278.366

- (a) Ágio registrada em 31 de agosto de 2013, resultante da incorporação da Lyra Holding S.A. na Alelo Instituição de Pagamento S.A.
- (b) Em 31 de dezembro de 2016 houve a incorporação da Farly que possuía um ágio de R\$ 325.394 sendo que R\$ 136.665 se tornou um benefício fiscal no Banco Digio S.A que foi amortizado no período de 5 anos, finalizando em 31 de dezembro de 2021.

14 Imobilizado

		Controladora					
		2022			2021		
Taxa anual de depreciação %		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10	7.501	(5.077)	2.424	7.220	(4.333)	2.887
Móveis e utensílios	10	4.224	(2.732)	1.492	4.198	(2.414)	1.784
Software e aplicativos	20	1.778	(1.422)	356	1.652	(1.235)	417
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	1.211	(1.047)	164	1.211	(972)	239
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	3.218	(2.424)	794	2.856	(2.225)	631
Direito de uso sobre bens	16,67	6.370	(1.929)	4.441	16.019	(7.948)	8.071
		24.302	(14.631)	9.671	33.156	(19.127)	14.029

		Consolidado					
		2022			2021		
Taxa anual de depreciação %		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	10	20.035	(11.440)	8.595	16.679	(9.640)	7.039
Móveis e utensílios	10	13.272	(7.023)	6.249	12.462	(6.444)	6.018
Software e aplicativos	20	52.775	(33.810)	18.965	42.642	(27.432)	15.210
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	13.180	(8.328)	4.852	11.850	(6.923)	4.927
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	12.718	(9.031)	3.687	10.402	(7.711)	2.691
Direito de uso sobre bens	16,67	56.504	(32.454)	24.050	79.779	(37.645)	42.134
		168.484	(102.086)	66.398	173.814	(95.795)	78.019

A movimentação do imobilizado da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Controladora				Saldo final em 31.12.2022
	Saldo inicial em 31.12.2021	Entradas	Baixas	Depreciação	
Imobilizado de Uso					
Instalações	2.887	280	-	(743)	2.424
Móveis e utensílios	1.784	130	(29)	(393)	1.492
Software e aplicativos	417	126	-	(187)	356
Equipamentos de informática e telecomunicações	239	-	-	(75)	164
Benfeitorias em imóveis de terceiros	631	363	-	(200)	794
Direito de uso sobre bens	8.071	5.010	(5.775)	(2.865)	4.441
	14.029	5.909	(5.804)	(4.463)	9.671
	Consolidado				
	Saldo inicial em 31.12.2021	Entradas	Baixas	Depreciação	Saldo final em 31.12.2022
Imobilizado de Uso					
Instalações	7.039	3.652	(211)	(1.885)	8.595
Móveis e utensílios	6.018	2.013	(593)	(1.189)	6.249
Software e aplicativos	15.210	10.781	(339)	(6.687)	18.965
Equipamentos de informática e telecomunicações	4.927	1.329	-	(1.404)	4.852
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.691	2.316	-	(1.320)	3.687
Direito de uso sobre bens	42.134	10.383	(13.332)	(15.135)	24.050
Total	78.019	30.474	(14.475)	(27.620)	66.398

No exercício de 2022, na Controladora as baixas realizadas totalizaram R\$ 5.804 (não foram realizadas baixas em 2021). No Consolidado as baixas realizadas totalizaram R\$ 14.475 em 2022 (R\$ 21.469 em 31 de dezembro de 2021).

15 Intangível

		Controladora					
		2022			2021		
Taxa anual de amortização %		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software e licenças	20	1.678	(1.458)	220	1.678	(1.194)	484
Projetos corporativos	20	581	(126)	455	581	(10)	571
		2.259	(1.584)	675	2.259	(1.204)	1.055
		Consolidado					
		2022			2021		
Taxa anual de amortização %		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software e licenças	20	290.983	(117.765)	173.218	299.207	(84.677)	214.530
Projetos corporativos	20	649.036	(226.627)	422.409	521.053	(162.678)	358.375
Ágio - rentabilidade futura	-	48.420	(13.157)	35.263	48.420	(13.157)	35.263
Outros intangíveis	-	1.262	(505)	757	2.839	(252)	2.587
		989.701	(358.054)	631.647	871.519	(260.764)	610.755

A movimentação do intangível da controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	Controladora			
	Saldo inicial em 31.12.2021	Aquisições	Amortização	Saldo final em 31.12.2022
Software e licenças	484	-	(264)	220
Projetos corporativos	571	-	(116)	455
	1.055	-	(380)	675

	Consolidado				
	Saldo inicial em 31.12.2021	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final em 31.12.2022
Software e licenças	214.530	11.065	(7.555)	(44.822)	173.218
Projetos corporativos (a)	358.375	179.746	(39.174)	(76.538)	422.409
Ágio - rentabilidade futura	35.263	-	-	-	35.263
Outros intangíveis	2.587	-	(1.578)	(252)	757
	610.755	190.811	(48.307)	(121.612)	631.647

(a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor. Substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente, principalmente na controlada Alelo Instituição de Pagamento S.A.. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram realizados testes de impairment e não houve perda no valor recuperável do intangível.

As baixas realizadas no ano de 2022, referem-se a parte cindida a controlada indireta Banco Digio S.A.. No exercício de 2021 não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

16 Passivos com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 não havia saldo consolidado de passivos com instituições financeiras, (R\$ 324.093 em 31 de dezembro de 2021 correspondente à depósitos interfinanceiros, da controlada indireta, Banco Digio S.A., a qual foi cindida em fevereiro de 2022).

17 Contas a pagar operacionais

As obrigações com estabelecimentos comerciais (Alelo Instituição de Pagamento S.A.), com parceiros (Livelo S.A.), estão registradas em contas de passivo. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos consolidados correspondem a R\$ 3.534.481 (R\$ 4.737.006 em 31 de dezembro de 2021).

18 Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo no consolidado é de R\$ 2.450.409 (R\$ 2.276.175 em 31 de dezembro de 2021) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões Alelo e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

19 Programa de incentivos às vendas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo no consolidado é de R\$ 10.112 (R\$ 20.878 em 31 de dezembro de 2021) e refere-se ao comissionamento devido aos bancos sócios e parceiros sobre as vendas dos produtos Alelo. Envolve a aplicação de taxas sobre o montante total faturado de acordo com o produto e condições comerciais negociadas com os clientes. A liquidação ocorre mensalmente ou trimestralmente após apuração do valor comissionado via emissão e pagamento de nota fiscal.

20 Salários e encargos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Gratificações	43.256	32.884	188.581	166.409
Provisão de férias	2.789	2.764	42.723	39.223
Encargos sociais	1.976	1.969	30.184	24.508
Outros	775	714	11.121	22.666
	48.796	38.331	272.609	252.806
Circulante	24.187	19.562	212.938	198.962
Não circulante	24.609	18.769	59.671	53.844

21 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social	7.360	4.318	39.811	10.662
PIS	359	355	12.239	11.919
COFINS	1.711	1.688	57.383	56.446
IRRF	871	820	13.799	12.364
Impostos sobre serviços	148	154	14.306	14.525
Outros tributos a recolher	140	198	9.231	11.292
	10.589	7.533	146.769	117.208
Circulante	10.589	7.533	146.769	117.208
Não circulante	-	-	-	-

22 Dividendos a receber e lucros a pagar

a. Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía provisão para recebimento de dividendos no valor de R\$ 446.625 (R\$ 172.749 em 31 de dezembro de 2021).

b. Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, foi constituída provisão para pagamentos de dividendos na controladora e no consolidado no valor de R\$ 346.855 e R\$ 522.133 (R\$ 213.551 e R\$ 223.500 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente.

23 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita diferida (a)	-	-	3.724.000	3.177.373
Provisão de custos dos serviços prestados	112	63	270.344	212.217
Crédito a clientes	-	-	113.098	55.098
Desenvolvimento, manutenção e suporte	8.423	12.772	61.017	52.643
Provisões de marketing	347	1.072	50.927	59.392
Serviços profissionais	7.719	8.088	34.175	43.437
Provisões de despesas gerais e administrativas	11.114	12.028	58.226	52.657
Provisão de comissionamento sobre incentivos	-	-	103.747	178.112
Outras contas a pagar	-	-	583	14.352
	27.715	34.023	4.416.117	3.845.281
Circulante	27.715	34.023	4.415.952	3.845.182
Não circulante	-	-	165	99

- (a) Refere-se substancialmente ao volume de pontos acumulados que a controlada Livelos S.A. oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

24 Arrendamento mercantil

A Sociedade arrenda o edifício onde está localizada. Esse arrendamento normalmente dura 5 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, baseados em alterações do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). E a periodicidade de pagamento da parcela do arrendamento é liquidada mensalmente.

A Sociedade arrenda equipamentos de TI com prazos de contratos de 3 anos, os contratos de prazo inferior e ou de baixo valor a companhia optou por não reconhecer em ativos de bens de uso. Os pagamentos de arrendamentos possuem parcelas fixas e são liquidados mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas abaixo:

	Controladora					Saldo final em 31.12.2022
	Saldo inicial em 31.12.2021	Alugueis pagos	Juros	Baixas	Acréscimos	
Arrendamento mercantil	8.201	(2.500)	(238)	(5.775)	5.010	4.698
	8.201	(2.500)	(238)	(5.775)	5.010	4.698
Circulante	428					2.414
Não circulante	7.773					2.284
	Consolidado					Saldo final em 31.12.2022
	Saldo inicial em 31.12.2021	Alugueis pagos	Juros	Baixas	Acréscimos	
Arrendamento mercantil	45.331	(16.137)	842	(13.332)	10.383	27.087
	45.331	(16.137)	842	(13.332)	10.383	27.087
Circulante	10.693					13.224
Não circulante	34.638					13.863

a. Opções de prorrogação

Os contratos de arrendamento possuem a opções de renovação sem data limite estipuladas para requerimento por parte da companhia observando somente que no vencimento do contrato vigente a companhia deverá devolver o espaço ou itens arredados objeto do contrato em perfeitos estado de conservação.

Taxas de desconto

A taxa de desconto considerada pela Sociedade com base no custo do dinheiro aplicado em CDI via projeção do cenário econômico de curto prazo para os prazos de seu contrato, ajustada à sua realidade e características do contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidência as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por ano e taxa média de desconto	Taxa % a.a.
Ano 2022	6,40
Ano 2023	13,03
Ano 2024	9,42

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Individual		Consolidado	
	Nominal	Ajustado Valor Presente	Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	5.118	4.698	29.419	27.087
Pis/Cofins potencial (9,25%)	473	435	2.721	2.506

25 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Empresa operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores diretos da Elo Participações Ltda. (Bradescard Elo Participações S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.) e controladores indiretos (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.), bem como as controladas diretas Livelô S.A., Elo Holding Financeira S.A., e Elo Serviços S.A., e controlada indireta Alelo Instituição de Pagamento S.A., e empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Banco Digio S.A., Kartra Participações Ltda., Cielo S.A.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Elo Participações Ltda.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022

	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e bancos								
Banco Bradesco S.A.	38	-	11	-	137.265	-	84.473	-
Banco do Brasil S.A.	2	-	4	-	1.650	-	7.528	-
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	8	-	65	-
Banco Digio S.A.	-	-	-	-	669	-	602	-
Aplicações financeiras								
Banco Bradesco S.A.	243.080	26.808	229.822	15.961	4.875.827	321.607	4.004.506	201.231
Banco do Brasil S.A.	87.720	11.524	90.439	13.343	1.845.390	170.797	1.864.763	93.672
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	57.204	7.079	63.067	2.603
Banco Digio S.A.	-	290	11.448	1.035	-	21.490	-	-
Contas a receber								
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	-	354.645	160.360	284.689	353.894
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	193.701	271.582	149.312	244.377
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	11.823	107.122	27.172	392.200
Cielo S.A.	-	-	-	-	543.868	363.619	170.838	358.028
Elo Serviços S.A.	154.062	25.834	274.152	7.486	-	-	-	-
Banco Digio S.A.	1.003	-	1.742	-	19.017	-	-	-
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	-	-	174	-	-	-	-	-
Outros créditos								
Kartra Participações Ltda	-	-	32	1	-	-	-	-
Programa de incentivos às vendas								
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	-	4.291	(84.266)	(8.862)	(96.840)
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	(1.906)	(75.468)	(1.663)	(89.393)
Dividendos a receber								
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	-	-	45.546	-	-	-	-	-
Elo Serviços S.A.	233.006	-	13.225	-	-	-	-	-
Livelo S.A.	211.530	-	113.978	-	-	-	-	-
Elo Holding Financeira S.A.	2.089	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar								
Banco Bradesco S.A.	(173.462)	-	(106.797)	-	(173.462)	-	(107.148)	-
Banco do Brasil S.A.	(173.393)	-	(106.754)	-	(173.393)	-	(106.754)	-
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	(169.090)	-	(9.598)	-
Bradescard Elo Participações S.A.	-	-	-	-	(6.188)	-	-	-
Contas a pagar								
Banco Bradesco S.A.	(34)	(690)	-	(191)	(28.710)	(25.470)	(325.564)	(181.536)
Banco do Brasil S.A.	-	(163)	-	(168)	(26.644)	(140.214)	(35.518)	(104.344)
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	(33.492)	(8.590)	(59.429)	(191.141)
Cielo S.A.	-	-	-	-	(10.630)	(174.921)	(320.226)	(153.493)
Banco Digio S.A.	-	-	(94)	-	(610.392)	(8.994)	-	-
Livelo S.A.	-	-	(9)	-	-	-	-	-

A Empresa destaca que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

26 Remuneração pessoal chave da Administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários e benefícios de Curto prazo	4.689	4.734	20.942	15.056
Bônus de longo prazo	1.062	1.171	4.282	8.736
	5.751	5.905	25.224	23.792

27 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	1.399.954	992.559	4.020.337	2.553.167
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	475.984	337.470	1.366.915	868.077
<u>Efeito no cálculo dos tributos:</u>				
Contingências tributárias, trabalhistas, cíveis	(583)	(9.166)	3.507	(4.773)
Provisão para perdas do valor recuperável	-	-	9.961	18.240
Equivalência patrimonial	(474.345)	(284.326)	(701.118)	(215.336)
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	-	-	-	28.843
Obrigações fiscais diferidas	-	-	-	(366)
Ativo fiscal diferido	(40.873)	98.919	21.895	116.598
Participação nos lucros - funcionários	232	361	5.699	6.882
Provisão para despesas administrativas	1.310	6.098	72.067	(101.610)
Incentivos fiscais	(11)	7	(22.250)	(21.401)
Outros valores	50.821	(11.009)	21.911	(46.641)
Imposto de renda e contribuição social	12.535	138.354	778.587	648.513
Sendo:				
Impostos correntes	53.408	39.435	756.692	531.916
Impostos diferidos	(40.873)	98.919	21.895	116.597
Despesa contabilizada	12.535	138.354	778.587	648.513

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Saldo em		Realização	Saldo em
	31.12.2021	Constituição		31.12.2022
Provisão para contingências tributárias	3.133	1.240	-	4.373
Provisão PPR	6.032	1.553	-	7.585
Provisão administrativa	37.543	-	(3.806)	33.737
Outros valores	8.144	-	(2.343)	5.801
Total dos ativos fiscais diferidos	54.852	2.793	(6.149)	51.496
Prejuízo fiscal / base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos diferidos	54.852	2.793	(6.149)	51.496
Arrendamento mercantil (CPC 6)	(3.200)	(893)	-	(4.093)
Atualização de depósitos judiciais	(237)	(211)	-	(448)
Outros valores	(90.667)	-	45.333	(45.334)
Total dos passivos fiscais diferidos	(94.104)	(1.104)	45.333	(49.875)
Total líquido dos impostos diferidos	(39.252)	1.689	39.184	1.621
	Consolidado			
	Saldo em		Realização	Saldo em
	31.12.2021	Constituição		31.12.2022
Provisão para contingências tributárias	33.219	7.157	-	40.376
Provisão para contingências trabalhistas	1.004	-	(529)	475
Provisão para contingências cíveis	5.178	-	(3.154)	2.024
Provisão fee - Visa Elo	774	-	(282)	492
Provisão PPR	42.462	6.227	-	48.689
Provisão administrativa	157.213	-	(42.844)	114.369
Provisão para perdas esperadas	232.581	-	(223.470)	9.111
Provisão de receitas	68.053	-	(66.358)	1.695
Receita diferida	-	6.855	-	6.855
Outros valores	44.093	9.941	-	54.034
Total dos ativos fiscais diferidos	584.577	30.180	(336.637)	278.120
Prejuízo fiscal / base negativa	86.210	-	(86.210)	-
Total dos créditos diferidos	86.210	-	(86.210)	-
Ágio	-	(11.040)	-	(11.040)
Arrendamento mercantil (CPC 6)	(15.105)	(4.695)	-	(19.800)
Obrigações fiscais diferidas	(898)	-	898	-
Outros valores	(107.960)	-	56.207	(51.753)
Provisão de receitas	(3.683)	(485)	-	(4.168)
Outras receitas	-	(10.661)	-	(10.661)
Atualização de depósitos judiciais	(4.103)	(2.869)	-	(6.972)
Total dos passivos fiscais diferidos	(131.749)	(29.750)	57.105	(104.394)
Total líquido dos impostos diferidos	539.038	430	(365.742)	173.726

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Controladora		
	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Até 1 ano	(14.910)	(2.804)	(17.714)
Até 2 anos	9.188	3.308	12.496
Até 3 anos	(2.162)	(778)	(2.940)
Até 4 anos	(4.147)	(1.493)	(5.640)
Até 5 anos	(4.770)	(1.717)	(6.487)
Até 6 anos	(5.049)	(1.818)	(6.867)
Acima de 6 anos	21.157	7.616	28.773
Total	(693)	2.314	1.621

	Consolidado				
	Diferenças temporárias		Reserva especial de ágio		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	97.254	38.529	-	-	135.783
Até 2 anos	9.804	3.530	-	-	13.334
Até 3 anos	8.071	2.905	-	-	10.976
Até 4 anos	(1.788)	(644)	-	-	(2.432)
Até 5 anos	3.822	1.376	-	-	5.198
Até 6 anos	(5.049)	(1.818)	-	-	(6.867)
Acima de 6 anos	21.158	7.616	(8.119)	(2.921)	17.734
Total	133.272	51.494	(8.119)	(2.921)	173.726

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic 13,75%, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2022 no individual e no consolidado correspondem a R\$ 6.187 e R\$ 168.300 respectivamente (R\$ 36.574 e R\$ 498.047 em 2021).

O montante de passivo diferido de R\$ 11.040 refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a rentabilidade futura do ágio, reconhecido na base de cálculo no período de 2010 a 2015 proveniente da aquisição de 100% das quotas representativas do capital social da empresa Smart Benefícios Ltda na controlada Alelo.

28 Passivos contingentes

A Empresa e suas controladas são parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

As controladas são parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas e previdenciárias	80.413	83.055	82.216	88.570
Tributárias	10.096	9.217	114.041	95.980
Cíveis	64	15	8.840	14.637
	90.573	92.287	205.097	199.187
Circulante	2.892	1.781	13.471	21.918
Não circulante	87.681	90.506	191.626	177.269

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Controladora			
	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas/ reversões	Saldo em 31.12.2022
Trabalhistas e previdenciárias	83.055	38.991	(41.633)	80.413
Tributárias	9.217	1.054	(175)	10.096
Cíveis	15	83	(34)	64
	92.287	40.128	(41.842)	90.573

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas/ reversões	Saldo em 31.12.2022
Trabalhistas e previdenciárias	88.570	39.132	(45.486)	82.216
Tributárias	95.980	1.100	16.961	114.041
Cíveis	14.637	3.650	(9.447)	8.840
	199.187	43.882	(37.972)	205.097

As controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo possível risco de perda e que, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, não geram necessidade de provisionamento. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, na controladora não existem processos nessas condições e no consolidado R\$ 378.553 (R\$ 357.554 em 2021).

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras” e “indenizações” em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base na média móvel apurada dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

b. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Empresa.

c. Obrigações legais - tributárias

A Empresa e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

29 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é de R\$ 347.309 (R\$ 1.052.000 em 2021), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 347.309.429 (1.052.000 em 2021) quantidade de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

A redução de capital de R\$ 704.691, refere-se ao valor cindido da controlada Kartra Participações Ltda.

b. Reserva legal

O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, dessa reserva é de R\$ 85.480.

c. Reserva de expansão

Em razão da manutenção da expectativa de crescimento da Empresa e das projeções realizadas para os negócios no corrente ano, a Empresa entende ser necessária a criação da reserva de expansão. A Administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações.

Em 31 de dezembro de 2022 a reserva de expansão apresenta um saldo de R\$ 2.207.271 (R\$ 1.803.203 em 31 de dezembro de 2021).

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 06 de maio de 2022, foi deliberado através de ata de reunião dos sócios, o pagamento de dividendos adicionais referente ao exercício de 2021, no montante de R\$ 726.631 (R\$ 883.903 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa registrou dividendos propostos no montante de R\$ 346.855 (R\$ 213.551 em 2021), proveniente do resultado do exercício de 2022.

30 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Programa de pontos Livelô S.A.	-	-	4.427.042	3.163.311
Bandeira Elo	-	-	1.941.285	2.327.053
Prestação de serviços de benefícios Alelo Instituição de Pagamento S.A.	-	-	2.497.327	2.064.632
Serviços bancários Banco Digio	-	-	-	849.460
Outras receitas	-	-	2.853	-
	-	-	8.868.507	8.404.456
Receita bruta	-	-	8.868.507	8.404.456
Impostos sobre serviços	-	-	(917.537)	(847.784)
	-	-	7.950.970	7.556.672

31 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos serviços prestados (a)	-	-	(3.856.274)	(3.136.612)
Despesas com pessoal	(13.084)	(12.163)	(794.783)	(730.671)
Despesa de marketing	(729)	(1.952)	(408.135)	(490.356)
Infraestrutura	(8.729)	(14.288)	(363.869)	(324.616)
Honorários profissionais	(7.498)	(8.510)	(212.752)	(203.757)
Serviços de terceiros	(325)	(903)	(13.962)	(106.521)
Despesas de aluguel e manutenção	(490)	(319)	(6.171)	(18.336)
Despesas de serviços financeiros	-	-	-	(201.717)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(79)	(45)	(21.080)	(3.842)
Depreciações e amortizações	(1.081)	(1.040)	(113.777)	(145.957)
Despesas de contribuições e doações	-	(84)	(8.110)	(8.441)
Despesas com telefonia	(57)	(762)	(2.951)	(3.698)
Tributos e taxas administrativas	(58)	(16)	(1.805)	(3.517)
Despesas com material de escritório	116	(32)	(603)	(7.498)
Outras receitas/(despesas) administrativas	468	23.935	(134.823)	(209.774)
Outras receitas/(despesas) (b)	(27.763)	136.513	(75.656)	(51.888)
	(59.309)	120.334	(6.014.751)	(5.647.201)

- a) Refere-se a custos das controladas na prestações de serviços.
- b) Substancialmente na controladora, refere-se à ganhos de capitais em 2021, e no consolidado, trata-se de perdas operacionais, processos e custas judiciais.

32 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras	39.658	30.899	848.294	335.590
Atualizações monetárias	27.447	8.274	187	12.803
Variação cambial positiva	-	-	2.310	100
Juros e multas recebidos	-	-	12.307	10.579
Programa de incentivos às vendas	-	-	83.424	19.611
Descontos obtidos	6	48	1.296	869
Outras receitas	2.329	989	43.062	18.226
Total de receitas financeiras	69.440	40.210	990.880	397.778
Bonificações e descontos concedidos	-	(12)	(495.303)	(474.705)
Programa de incentivos às vendas	-	-	(24.377)	(11.681)
Atualização monetária	-	-	-	(22.203)
Juros e multas	(40)	(63)	(1.762)	(26.465)
Variação cambial negativa	-	(1)	-	(156)
Despesas bancárias	(7)	(382)	(15.207)	(30.363)
Outras despesas (a)	(5.263)	(3.780)	(49.428)	(20.948)
Total de despesas financeiras	(5.310)	(4.238)	(586.077)	(586.521)
Resultado financeiro	64.130	35.972	404.803	(188.743)

a) Refere-se substancialmente a PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

33 Obrigações e compromissos

a. Serviço de captura de transações

Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente.

b. Serviço de processamento de transações com cartões Alelo

Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Alelo. O contrato iniciou-se em 24 de março de 2006.

c. Serviço de emissão de cartões Alelo

Processo de emissão e personalização dos cartões.

d. Logística de entrega e transporte de cartões Alelo

Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Alelo e vale transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por quaisquer das partes.

34 Cobertura de seguros

A Empresa e suas controladas mantêm política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as principais apólices de seguros são:

Tipo	Importância segurada	
	2022	2021
Predial	44.807	46.077
Responsabilidade civil Diretores e Administradores	120.000	120.000

35 Gestão de riscos

Uma das atribuições da Empresa como holding, é centralizar a estrutura de gerenciamento de riscos de suas controladas. O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles executadas na Empresa de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das suas controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os comitês de gestão de riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos das controladas. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Empresa conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e com as boas práticas de mercado, a Empresa dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional e controles internos, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A Empresa trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Por se tratar de uma holding e realizar a consolidação econômico-financeira de suas controladas, a Empresa não possui riscos de mercado e risco de liquidez. Estes riscos estão atribuídos às suas controladas, que são os geradores destas exposições. Estes riscos são tratados individualmente em cada uma das controladas. Com relação aos riscos mencionados anteriormente, o único cuja Empresa está exposta é o risco operacional em detrimento dos processos de atendimento às suas controladas.

• Risco operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada às práticas de mercado, políticas internas da EloPar e à Resolução CMN nº 4.557/17.

36 Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

A controlada indireta Alelo Instituição de Pagamento S.A. (Alelo) deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A controlada tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento.

A Sociedade recebeu a autorização do BACEN para exercer as atividades como instituição de pagamento.

37 **Eventos subsequentes**

Em 31 de janeiro de 2023 a controlada Liveloo reconheceu perda no montante de R\$ 11,8 milhões referente ao impacto proveniente de uma empresa de grande porte do setor de Varejo que entrou em recuperação judicial.

ELO PARTICIPAÇÕES LTDA.

Vinicius Urias Favarão
Diretor Presidente

Marco Aurelio Picini de Moura
Diretor

Esther Dalmas
Diretora

Leandro Jose Susin
Diretor

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos
Contador
CRC 1SP225353/O-0